

Parecer da Região Sul sobre a
certificação electrónica do Engenheiro através do Cartão de Cidadão
(proposta da Agência para a Modernização Administrativa)

Após análise da documentação e esclarecimentos disponibilizados sobre o assunto, a Região Sul concluiu que não há inconvenientes e pode até haver algumas vantagens em a Ordem dos Engenheiros participar neste projecto piloto, desde que sejam salvaguardadas algumas condições.

A Ordem dos Engenheiros deve assegurar que é a única entidade competente para atribuir o título profissional de Engenheiro e que a certificação dessa qualidade tem de ser feita sempre pela Ordem, mesmo que veiculada pelo Cartão de Cidadão.

O sistema está concebido para a certificação ser on-line o que elimina situações em que o Engenheiro possa deixar de estar activo como membro da OE e ainda assim essa informação constar do cartão de cidadão. Deste modo fica salvaguardada a possibilidade de abuso por parte de ex-membros da Ordem, membros suspensos ou membros isentos do pagamento de quotas por não estarem a exercer a profissão.

Por norma, decorrente do próprio Estatuto da Ordem, a certificação da qualidade de Engenheiro será reservada apenas a membros efectivos na situação de activo. No entanto, pode-se admitir a hipótese de, futuramente, e em função dos resultados do projecto-piloto e da experiência adquirida, também possa, analogamente, ser certificada a qualidade de Engenheiro Estagiário.

A Ordem dos Engenheiros e os seus membros podem beneficiar, participando neste projecto-piloto, em reduzir o risco de ambiguidade ou confusão entre a qualidade de Engenheiro e a de Engenheiro Técnico. No entanto, para que assim seja, a Ordem dos Engenheiros deve obter, da Agência para a Modernização Administrativa, garantias nesse sentido.

A Ordem dos Engenheiros pode também beneficiar em termos de imagem, perante a sociedade e os seus próprios membros.

No que respeita a eventuais futuros desenvolvimentos, decorrentes deste projecto, nomeadamente no âmbito da certificação profissional de qualificações e competências, a Ordem dos Engenheiros deverá analisar oportunamente a respectiva viabilidade, vantagens e inconvenientes, incluindo as repercussões nas receitas próprias da Ordem derivadas da prestação destes serviços.

(Aprovado pelo CDRS, em 13OUT2011)